

## **AS TERRITORIALIDADES NA VIDA COTIDIANA DE UMA UNIDADE PRISIONAL**

Geografia política, globalización y redes – EJE 8

Raimundo Ferreira de Arruda<sup>1</sup>

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana / FFLCH / USP

Departamento de Geografia – Avenida Prof. Lineu Prestes, 338 / Cidade Universitária CEP  
05508-080 – Caixa Postal: 72042 – São Paulo.

**RESUMO:** O artigo tem por objetivo descrever e analisar a vida cotidiana no Presídio Juiz Antônio Luis Lins de Barros em Recife, Pernambuco - Brasil. Compreender melhor como as relações estabelecidas pelos detentos molda territórios que revelam, expressam e também escondem relações de poder. Os limites do Estado, ao não atender aos detentos em suas necessidades básicas fomenta um conjunto de relações e ações na luta por espaço e pela sobrevivência num lugar que nega a todo o momento sua dignidade, transformando as celas e pavilhões em espaço de luta e poder. Observa-se que há uma relação entre o vivido na prisão e a sociedade abrangente, e para ilustrar este argumento iremos apresentar algumas práticas dos detentos amparado no pensamento de autores como Milton Santos, Claude Raffestin, Michel Foucault e Marcelo José Lopes de Souza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território, Espaço, Rede, Escala.

**RESUMEN:** El artículo tiene como objetivo describir y explicar la vida cotidiana en la Prisión Juiz Antônio Luis Lins de Barros en Recife, Provincia de Pernambuco - Brasil. A partir de este análisis iremos a comprender mejor como las relaciones son establecidas por los detenidos en donde se crean territorios que nos revelan, expresan y a su vez enconden relaciones de poder. Las limitaciones del Estado, al no atender a los detenidos, en donde se crea un conjunto de relaciones y acciones en la lucha por el espacio y por la sobrevivencia en um lugar que niega en todo momento su dignidad, convirtiendose las celdas y pabellones en un espacio de lucha y poder. Observaremos también que existe una relación entre lo vivido en la prisión y la sociedad envolvente y para ilustrar mejor este argumento presentaremos algunas prácticas de los detenidos apoyado en el pensamiento de algunos autores como Milton Santos, Claude Raffestin Michel Foucault y Marcelo José Lopes de Souza.

**PALABRAS-CLAVE:** Território, Espaço, Red, Escala.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques

## INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a descrever e analisar a vida cotidiana construída e vivenciada no interior de uma das unidades prisionais de Pernambuco<sup>2</sup>. Atentando que a vida cotidiana desenha recortes espaciais nas celas e pavilhões e por sua vez esta espacialização do vivido revelam relações de poder, inclusão e novas exclusões através da posição do detento na prisão.

O sistema prisional no Estado de Pernambuco é formado por uma rede de 17 unidades, distribuídas da seguinte forma nas diferentes sub-regiões: na Região Metropolitana do Recife estão localizados o Presídio Prof. Aníbal Bruno e a Colônia Penal Feminina do Recife, o Presídio de Igarassu (Igarassu), o Centro de Triagem e Observação Prof. Everaldo Luna (Abreu e Lima) e as penitenciárias Barreto Campelo (Itamaracá), o Hospital de Custódia e tratamento Psiquiátrico (Itamaracá) e a Penitenciária Agroindustrial São João (Itamaracá). A Zona da Mata conta com três unidades, distribuídas da seguinte forma, na Mata Norte, a Penitenciária Dr. Ênio Guerra (Limoeiro) e na Mata Sul, os Presídios de Vitória de Santo Antão e Presídio Prof. Rorenildo da Rocha Leão em Palmares. No Agreste encontram-se a Penitenciária “Juiz Plácido de Souza” em Caruaru e o Centro de Ressocialização de Canhotinho. E, no Sertão, localizam-se a Penitenciária Dr. Edvaldo Gomes em Petrolina, o Presídio Advogado Brito Alves em Arcoverde, o Presídio de Salgueiro e a Colônia Penal Feminina de Buíque (cf. Mapa 01).



Fonte: SERES (Secretaria de Ressocialização de Pernambuco)<sup>3</sup> – 2010 - Sem Escala

<sup>2</sup> Este artigo trás uma discussão presente em nosso projeto de tese que irá discutir e analisar o cotidiano em uma unidade prisional de Pernambuco

<sup>3</sup> Mapa retirado e adaptado no site da apresentação do ex-secretário de ressocialização Humberto Vianna.

Disponível em: [http://www.portal2014.org.br/sinaenco/pdfs/recife/Humberto\\_Vianna.pdf](http://www.portal2014.org.br/sinaenco/pdfs/recife/Humberto_Vianna.pdf)

Acesso em: 10 jan. 2013.

Escolhemos para estudo uma das unidades do Complexo Prisional Prof. Aníbal Bruno<sup>4</sup>, localizado na Região Metropolitana do Recife. Este complexo abriga mais de 5000 detentos e unidade de nossa pesquisa, o Presídio Juiz Antônio Luis Lins de Barros<sup>5</sup> que abriga mais de 3000 detentos.

A superlotação torna limitado o espaço e o seu acesso transforma a vida cotidiana no cárcere em uma engrenagem que estabelece um jogo político que conecta ordens internas e externas ao espaço prisional. O espaço da prisão se expande (além do muro) e se encolhe para os detentos que tem sua rotina cotidiana mais atrelada aos serviços prisionais oferecidos pelo Estado.

Wacquant (2001, p.07) associa o encarceramento em massa como um dos fenômenos ou interfaces das políticas neoliberais orquestradas pelos EUA no mundo. A nossa proposta de análise vai além, ao discutirmos a prisão em si e a falácia presente nos discursos que propõem a necessidade de mais prisões ou de um viés “ressocializador”, que serve apenas para manter e conservar as prisões.

Marx em sua análise da estruturação do capital observa a elaboração de uma legislação que punia os comportamentos indesejáveis atrelada a uma justiça que delimita os delitos, geralmente os atos praticados pelas classes populares. Portanto, vislumbra o caráter de classe da justiça burguesa.

Ele pontua no processo de acumulação do capital o surgimento e nascimento de uma superpopulação, cognominada de exército industrial de reserva (1987, p.732) “(...) Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital produz em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua (...)”.

Mesmo que Marx não tenha como meta analisar o sistema de punição, nessa obra ele esboça algumas considerações sobre o sistema de justiça que tenta imprimir uma ética voltada para o trabalho, punindo os comportamentos indesejáveis, já que os camponeses (Ibid, p.851) “ (...) expulsos de suas terras... bruscamente arrancados das suas condições habituais de existências... Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias (...)”.

---

<sup>4</sup> O Presídio Prof. Aníbal Bruno inaugurado em 1979, numa ação do Estado com o discurso da “ressocialização” que ofertaria serviços prisionais que garantiriam a “reintegração social” do apenado. No discurso oficial, a respectiva unidade seria um modelo para o país, conforme reportagem do Diário de Pernambuco (07 de março de 1979).

<sup>5</sup> Superlotado e depois de décadas de motins, rebeliões e denúncias de violência o Presídio Prof. Aníbal Bruno foi dividido em três unidades prisionais, dando origem ao Presídio Juiz Antônio Luis Lins de Souza. Cf. reportagem do site: <[www.pe360graus.globo.com/noticias/policia/presidios/2009/11/12/NWS\\_502137\\_8\\_165\\_NOTICIAS\\_766-REFORMA-DIVIDIR-ANIBAL-BRUNO-TRES-UNIDADES.aspx](http://www.pe360graus.globo.com/noticias/policia/presidios/2009/11/12/NWS_502137_8_165_NOTICIAS_766-REFORMA-DIVIDIR-ANIBAL-BRUNO-TRES-UNIDADES.aspx)>. Acesso em: 01 outubro 2012.

A partir dessa perspectiva de classe, de exclusão social e espacial, que será analisada as práticas espaciais dos detentos no sistema prisional pernambucano. O capital internacional e nacional estabeleceu uma sociedade muito desigual, e as palavras de ordem como flexibilização e menos Estado, cria um campo minado em países periféricos como o Brasil, por apresentar uma grande dívida social.

A prisão é um objeto que tem uma função na sociedade atual: excluir ao máximo os “rebeldes” das classes menos favorecidas, que pelo desemprego forma um grande exército de excluídos, estas pessoas estão sem nenhuma possibilidade de se inserir no mercado de trabalho e na própria sociedade. Na realidade elas estão inseridas como exército de reserva, com possibilidades limitadas de inserção num mercado de trabalho sofisticado que exige profissionais altamente qualificados, um grande problema para um país onde a educação tem sido um privilégio e não um direito.

Foucault (1993, p226-227) revela-nos que entre uma das principais funções da penalidade (prisão) está a delimitação entre legalidade e ilegalidade, não de reprimir, mas de gerenciar o legal do ilegal, com certa tolerância, daí a utilidade da prisão.

Lefebvre (1961, p.197) pontua o ato humano (presente no cotidiano) como dialético (possibilidades), individual e coletivo, como fios que o ligam a estruturas (não totalizantes). É com esta perspectiva que iremos deslindar a espacialização das relações de poder no interior das prisões.

É nosso objetivo mostrar e revelar através da análise de algumas situações vivenciadas no cotidiano das prisões como se dá as concatenações entre os territórios construídos/vividos e também, os laços dessas práticas com a sociedade envolvente. Pelas limitações de um artigo os exemplos serão breves, mas nem por isso, menos significativo.

Descrever e analisar no cotidiano carcerário os processos de sobrevivência em estratégias de luta por espaço para dormir, se alimentar, ter acesso ao lazer, a religiosidade, o direito as relações afetivo-sexuais e, também a realização de pequenos negócios, num espaço exíguo e superlotado como as celas e pavilhões de uma prisão.

## Referencial Teórico e Metodologia

É da relação dialética entre a sociedade e natureza que o espaço dado (natural) é moldado em espaço geográfico, segunda natureza. Os primeiros capítulos da trajetória humana na terra foram inscritos na dependência em relação aos condicionantes naturais. No entanto o

homem interagiu com essas forças, manipulando-as, e dessa forma criou uma nova natureza: o espaço geográfico.

Para Marx<sup>6</sup> é através do trabalho que o homem transforma a natureza, pois segundo ele “(...) Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (...)” (O Capital, 1987, Vol.1p. 202). A geografia lida com essas inscrições feitas pela ação humana na superfície terrestre.

Em a “Natureza do espaço” (1999) Milton Santos elabora uma análise histórica e crítica da geografia, sua relação com outras áreas do conhecimento como a sociologia, a filosofia, a história. Ressalta o papel da técnica “(...) conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais os homens realizam sua vida: produz e ao mesmo tempo, cria espaço (...)” (1999, p.25).

Esta escrita humana sobre a terra de início atende as necessidades básicas da sociedade, que ao longo do tempo vão se tornando mais complexas, e, por isso demandam novas relações que se estabelecem no interior da sociedade.

As relações tornaram-se mais complexas e o capital, que tem sempre por meta o lucro, denomina o presente momento histórico de globalização, que apresenta uma interface de desenvolvimento para a elite, e outra de exploração-exclusão para a maior parte da população que não tem acesso aos bens produzido socialmente.

Qual o papel da prisão nesse contexto social de globalização? A prisão como uma técnica de confinamento e segregação dos que não se adaptaram as regras sociais, técnica criada no início do capitalismo, teve o seu papel redefinido pelo processo de globalização. Ela, a prisão, é um objeto geográfico, que no Brasil serve para excluir ao máximo as classes sociais populares.

A institucionalização da prisão como pena surge no contexto das idéias iluministas, que denunciam o suplício e os espetáculos de terror que o acompanhavam. Beccaria (2001, p.22) foi um desses críticos dos processos criminais e das torturas. Pois, as leis seriam “O instrumento das paixões da minoria, ou o produto do acaso e do momento e nunca obra de um prudente observador da natureza humana, que tenha sabido dirigir todas as ações da sociedade com este único fim: todo o bem-estar possível para a maioria”.

O desenvolvimento das relações capitalistas de produção entre os séculos XVII e XIX mudou a realidade econômica e social de alguns países da Europa Ocidental, como a França e a Inglaterra onde as relações de trabalho de servidão foram substituídas pelo assalariamento.

---

<sup>6</sup> Karl Marx pontua em sua obra o trabalho modificando a relação homem – natureza, que modifica o próprio homem e suas relações sociais. Em nossa pesquisa iremos tratar do trabalho realizado pelos detentos em sua vida cotidiana modificando o espaço das prisões.

Todo esse processo de modernização do campo transformou a agricultura em um setor ou ramo da indústria, expulsando milhares de camponesas do campo para a cidade.

O conjunto de práticas instituídas pelos detentos molda uma vida cotidiana que conecta ordens internas e externas ao muro da prisão. Um conjunto de estratégias se inicia a partir da luta por espaço para habitar a cela, E que se estende na preparação das refeições, e da realização de pequenos negócios, das visitas conjugais e até o momento de festas de aniversários de detentos e parentes. Este conjunto de ações redesenha o espaço da prisão. E, se não podemos falar de um cotidiano típico da sociedade moderna presente na obra de Lefebvre, que observou a pressão do consumo dirigido na classe média francesa logo após a II Guerra Mundial. Mas, quando dirigimos nosso olhar sobre o cotidiano vivido na sociedade atual no Brasil pautada numa violência e opressão podemos reconhecer uma vida cotidiana no cárcere

Lefebvre em sua análise do cotidiano no mundo moderno (1991) define com propriedade a relação entre cotidiano e modernidade e entre espaço-tempo, tão presentes em qualquer pesquisa geográfica, que se entenda e proponha a uma análise crítica do real.

Afirmando categoricamente que (Ibid, p.27) “É no cotidiano que eles ganham ou deixam de ganhar sua vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que tem prazer de se sofrer. Aqui e agora”. São esses conjuntos de insignificantes que dão sentido a vida, tais como: alimento, vestes, móveis, casa, habitação, vizinhança e arredores. Acrescentaríamos a religiosidade e as relações afetivas e sexuais.

Muito significativo de suas conclusões deve-se a afirmativa da importância da história de um dia, como um tempo do mundo e da sociedade, bem como o papel das subjetividades como reveladoras das estruturas sociais. Pois (Ibid, p.35) “Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade”...

Se o autor considerado teceu considerações sobre o cotidiano a partir da sociedade européia, pontuando as suas características, dilemas e contradições. Servimo-nos de sua análise para procurar compreender melhor a dinâmica das relações no interior de uma unidade prisional de Pernambuco<sup>7</sup>, que, também, como as demais unidades prisionais do país, funcionam como miniaturas das estruturas sócio-espaciais.

---

<sup>7</sup> Podemos até pontuar algumas diferenças entre a situação dos presídios nos diferentes estados do país, como em São Paulo onde os detentos recebem uma vestimenta padrão e é proibida a preparação de alimentos no interior das celas, além de um espaço maior de negociação entre Estado e facções criminosas.

É no espaço da prisão que os detentos desenvolvem relações representativas de uma luta por sobreviver num meio hostil. Enfrentando e resistindo ao legal, isto é, as normas regimentais do Estado, ao mesmo tempo em que forjam estratégias para conseguir os recursos oferecidos precariamente pelo Estado. Alimentos, artigos de higiene e limpeza e o direito à cela compõem o conjunto de demandas e quem se encontra atrás das grades.

É através da análise da vida cotidiana que iremos deslindar a geografia construída pelos detentos, pois, assevera-nos Michel de Certeau que existe (2007, p.79) “Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que... devem desembaraçar-se em uma rede de forças e representações estabelecidas”.

É através da análise da vida cotidiana na prisão que iremos identificar pontuar e mapear as diferentes estratégias construídas pelos detentos através de suas relações.

Partindo do princípio que a maior parte dos detentos provém das periferias urbanas e rurais, isto é, dos subúrbios pobres, dos morros, das favelas e invasões das cidades brasileiras. Locais marginalizados pela economia de mercado e pela ação estatal que se faz presente de forma repressiva: via polícia.

Portanto, a população encarcerada já sabe lidar com a ausência/presença do Estado (limitações), pois, esta tem sido sua experiência nos seus locais de moradia, onde a negação dos direitos é retratada através de serviços precários de educação, saúde, saneamento e segurança e o tráfico de drogas têm sido muitas vezes a única alternativa ao desemprego.

Daí a consolidação pelos detentos de um conjunto de estratégias que delineiam uma geografia de territórios e redes montadas no cotidiano com objetivos claros de sobreviver num ambiente que nega a vida.

São esses territórios que iremos apresentar é através do olhar geográfico que iremos trilhar esse caminho. Mostrando ou apontando lugares, espaços e tempos de humanização, num lugar de desumanização, como o cárcere.

O não atendimento das necessidades básicas fomenta ações por parte dos detentos que estabelecem territorialidades. Quando, por exemplo, um antigo detento encontra alguém que atuou com ele no mundo do crime ou que tenha algum laço de parentesco, e morado no mesmo bairro ajuda a entrar nesta rede, ou simplesmente, por simpatia, quando ele se solidariza com determinada pessoa, porque já passou por essa situação e o novato apresenta um “comportamento” aprovado.

Há diferença entre espaço e território? Frisa-nos Raffestin (1993, p.143) “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação, conduzida por um ator sintagmático (ator

que realiza um programa), em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente... o ator territorializa o espaço”.

Ele, Raffestin, aponta (Ibid, p.58) a população, o território e os recursos como trunfos do poder. É a partir da manipulação desses recursos que se estabelecem relações com o espaço, pois afirma-nos Raffestin (Ibid, p.58) “(...) O território é a cena do poder é o lugar de todas as relações.”

E nas relações estabelecidas pelo poder “(Ibid, p.150)” O ator vão à repartição das superfícies, a implantação de nós e a construção de redes. É que poderia chamar de ‘essencial visível. As malhas, nós e redes, podem ser visíveis ou não, sendo a partir deste emaranhado de relações que se organiza o campo de ação de um grupo ou instituição.

Nos presídios brasileiros observa-se a existência de duas redes de poder. A rede oficial definida e delimitada pelo Estado, que oferece aos detentos e detentas uma arquitetura e um regimento de conduta – o espaço dado; e, a rede informal, forjada pelos homens e mulheres encarcerados, onde toda uma trama espacial é desenhada e redesenhada.

Para entendermos melhor essa trama ou jogo criado pelos detentos na apropriação e uso do espaço teremos que considerar a questão do exercício do poder, tão presentes em qualquer relação. Outro pensador que discutiu e pensou o poder foi o Michel Foucault (1993), que em “vigiar e punir: a história da violência nas prisões”, também desmistifica o poder, dissociando-o de violência e de Estado-nação.

Assevera-nos Foucault que a sociedade em diferentes momentos econômicos e sociais estabelece regras morais e comportamentais, e, espera-se, que cada indivíduo cumpra os papéis estabelecidos socialmente. Quando o sistema capitalista começou a se estruturar nos Séculos XVIII e XIX, via Revolução Industrial, tencionava formar operários disciplinados e voltados para o trabalho. E para tal foi elaborada toda uma concepção ética voltada para a valorização do trabalho, por isso instituições foram criadas e outras readaptadas, para atender esse objetivo.

Para Michel Foucault a partir da era clássica os interesses comerciais e mercantis capitalistas ávidos por lucros, estendem seus tentáculos em todas as instituições. Controlando gestos, comportamentos e atitudes, não podemos desperdiçar tempo, afinal. Tempo é dinheiro. Portanto toda ação humana deveria ser produtiva e gerar lucro para a acumulação do capital, que construía o espaço e tentava moldar as pessoas.

Todo esse processo de adestramento do ser tinha por meta introjetar no interior do indivíduo mecanismos de autocontrole ou de censura interior, já que nos assevera Foucault (2000, p.28) “Não se poderia dizer que a alma é uma ilusão de um efeito ideológico, mas afirma



que ela existe, que tem uma realidade, que produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são vigiados, trancados, sobre os poucos, as crianças, os escolares”.

Para ele “(1979, p.183)” o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mais estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação e nunca são alvo inerte ou concentrado de poder, são sempre centros de transmissão... “O poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”. Portanto pequenos poderes são artérias que se articula em redes.

A pessoa detida entra na instituição carcerária como um objeto do Estado. No entanto, ela se articula modificando a realidade adversa, neste processo alguns obtêm vantagens que se transformam em pequenos poderes. Dessa forma, os detentos ao produzirem uma ação sobre o espaço dado, a prisão, produzem territórios que reproduzem as desigualdades existentes na sociedade além-muros, ou seja, na sociedade dominante que é pautada na lógica capitalista.

Levantamos a seguinte hipótese em nossa pesquisa: a de que o encarceramento em Pernambuco apresenta uma dinâmica moldada pelo conjunto de estratégias que de um lado permite uma margem de manobra em um espaço consentido permitindo uma vida cotidiana mais normal para alguns, enquanto os demais vivem a realidade das prisões.

E neste espaço consentido (negociado) que se estabelecem múltiplas relações que vão da busca de um espaço para dormir, que pode ser na cela, no corredor ou no hall de entrada do pavilhão, e da mobilização para fazer as refeições e outras ações que ligam detentos aos familiares e amigos de fora da prisão.

Gostaríamos de ressaltar que o não direito á cela implica uma série de dificuldades a serem enfrentadas ao longo da semana, principalmente nos dias de visita. Não ter direito á cela, em dificuldade no acesso ao banheiro, ao fogão e até um lugar para descansar no corredor, eles passam o dia todo fora do pavilhão, nos dias de visita. A realidade vivenciada nas prisões de Pernambuco transforma o espaço, a alimentação e outras necessidades básicas em matéria ou objeto a ser manipulado, isto é, em valor de troca ou mercadoria.

O poder segundo Raffestin (1993, p.51.) é “uma palavra rebelde a qualquer definição... Ele está presente em toda relação, na curva de cada ação, insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem”.

O poder não quer se revelar se mostrar. O que vemos é uma imagem, superficial, porque o mesmo se encontra em profundidade. Ao mesmo tempo em que ele se infiltra de forma sutil em todas as relações, tencionando manipular e controlar; instituições aparentemente neutras como a família e a escola, num jogo de punições e recompensas, cumprem o seu papel:

inibindo as diferenças. Preparando um indivíduo mais conformado e submisso as regras estabelecidas pela sociedade.

“O poder objetiva controlar e dominar populações, os recursos e território, segundo Raffestin (Ibid, p.158)” A população está na origem de todo o poder “(...) é dele que se origina toda ação. Quanto ao território... é a cena de todo o poder, é o lugar de todas as possibilidades...condicionam o alcance da ação.”

Frisa-nos Raffestin (Ibid, p.268) que a “geografia não deve se desprender das coisas cotidianas, mas, ao contrário, estar constantemente voltado para a ‘produção do mundo’, que nos inunda e nos submerge.” Amparado nessa afirmação que nos debruçamos sobre a práxis dos detentos no interior dos presídios.

Pois, este cotidiano será revelado a partir do estudo das diferentes estratégias elaboradas pelos detentos para atender o conjunto de suas necessidades.

A ciência tem um compromisso com a verdade através do entendimento do real. No entanto, a dialética da dinâmica social está sempre a exigir novas análises e explicações sobre este mesmo real.

A geografia como uma das interfaces explicativas do real contribui para o avanço da ciência através da análise e crítica sobre o espaço – seu objeto de estudo.

É sobre a segunda natureza: espaço, produção humana, que o olhar geográfico se dirige e deslinda desde os problemas continentais / globais aos estudos de casos, exemplificados nos análises que tratam de problemas nas cidades, nos bairros ou numa rua ou parque.

Portanto, a geografia é uma ciência que deslinda o espaço nas mais diferentes escalas, realizando estudos e análises que enfoca desde as grandes instituições e corporações internacionais a temas nacionais, regionais e locais.

Estas escalas se entrecruzam, já que em muitos espaços locais os processos globais estão presentes, como por exemplo, várias cidades do interior brasileiro que desenvolvem a agricultura comercial estão totalmente dependentes dos mercados internacionais. Neste exemplo, o local entra como atrativo para o capital, e só poderemos entendê-lo a partir dos processos globais.

É este olhar geográfico que irá adentrar as unidades prisionais de Pernambuco, deslindando através da análise do cotidiano os possíveis territórios e redes criadas pelos detentos.

As práticas estabelecidas no interior da unidade e as relações com o mundo exterior subsidiaram um melhor entendimento das horizontalidades. E as verticalidades serão analisadas a partir da relação com o Estado.

Horizontalidades e verticalidades serão vistos dialeticamente, pois as ações se entrecruzam, pois a ausência de Estado permite que os detentos estabeleçam estratégias de sobrevivência. É através da análise deste cotidiano que iremos apresentar e analisar os diferentes territórios criados a partir da luta pela sobrevivência.

E o cotidiano será visitado a partir da observação e análise da preparação das refeições, da organização para a limpeza das celas e pavilhões, de visitas, a religiosidade, as relações econômicas, o lazer vivenciado através das festas e a vida afetiva e sexual; todos esses aspectos que formam o cotidiano serão analisados. Os instrumentos da análise qualitativa serão os meios utilizados para a coleta desses dados onde o diário de campo, as entrevistas e as histórias de vida dos detentos servirão de suporte e apoio para a análise e dinâmica do cárcere

Um recorte teórico geográfico irá adentrar o sistema prisional de Pernambuco, deslindando a ação do Estado no encarceramento, as relações estabelecidas entre o dentro e fora das prisões, além dos possíveis territórios e redes criadas pela ação dos detentos no cotidiano vivido no claustro.

Entre março e junho de 2012 vinte e três detentos foram entrevistados e também conversamos com alguns técnicos da Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES), instituição responsável pela administração das prisões. Também entrevistamos um promotor de execução penal, uma defensora pública e um juiz de execução penal, além de um voluntário da Pastoral Carcerária. Conversamos com ex-prisioneiros que relataram as dificuldades em se inserir de forma legal na sociedade e através do pessoal da Pastoral Carcerária e da Defensoria Pública entramos em contato com parentes de presos onde através de uma conversa rápida constatamos as marcas da prisão no cotidiano destas pessoas e

As conversas com os detentos tentaram extrair informações de suas trajetórias de vida, do contexto no momento da prisão e das estratégias de sobrevivência no interior da prisão, de como circula o poder no espaço prisional.

## Resultados

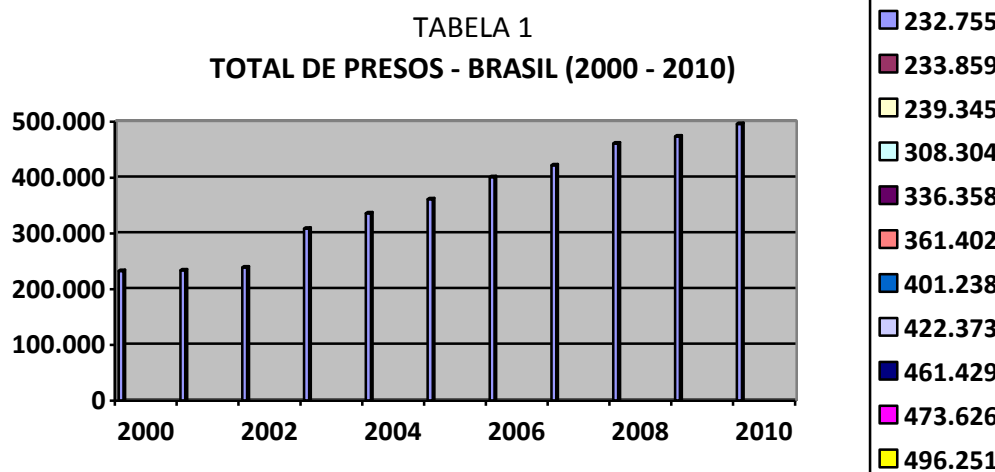
Apresentaremos alguns dados reveladores do processo de encarceramento no Brasil, que segundo Wacquant (2001) estaria associado à demissão do Estado, agora numa face penal e policial.

Marcelo Lopes (2008) começa a identificar um processo de militarização da questão urbana no Brasil e mostra-nos como a cidade do Rio de Janeiro se apresenta como um

laboratório das primeiras intervenções militares no país, que se iniciou a partir da ECO 92, momento em que as classes populares começam a ter um cotidiano militarizado (,p.35). Pois:

(...) Por tudo isso, a militarização da questão da questão urbana é o resultado “lógico” de um modelo social que engendra uma “guerra civil molecular” que ele próprio reproduz ampliadamente (...) (SOUZA, 2008, p.159).

Com 500 mil detentos em 01 de dezembro de 2011, o Brasil<sup>8</sup> apresentava a quarta maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, que tem 2.297.000 presos, da China com 1.200.000 encarcerados e a Rússia com 740 mil pessoas detidas Acompanhando a “onda de encarceramento mundial”, o país ao longo da primeira década do século XXI apresenta um crescimento significativo da população carcerária (cf. Tabela 1).



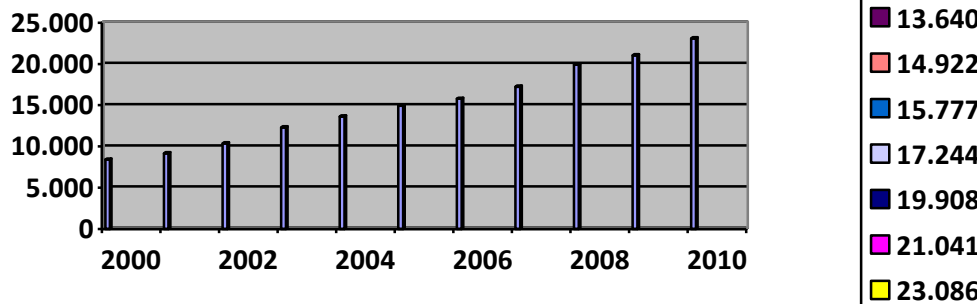
Fonte: Órgãos estaduais responsáveis pelo sistema prisional nos estados – DEPEN<sup>9</sup>  
(Departamento Penitenciário Nacional).

Pernambuco acompanha a onda internacional e nacional de encarceramento e os dados revelam uma explosão na população enviada para trás das grades, como o exposto na tabela II.

<sup>8</sup> Informação disponível no site da Record: <http://noticias.r7.com/jornal-da-record-news/2012/05/30/brasil-tem-a-quarta-maior-populacao-carceraria-do-mundo/>. Acesso em 10 jan 2013.

<sup>9</sup> Os dados retirados do site do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Disponível em: portal [www.mj.gov.br/](http://www.mj.gov.br/). Acesso em: 02 mar 2012.

TABELA 2  
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ENCARCERADA / PE  
(2000 - 2010)



Fonte: SERES (2000-2007) / DEPEN<sup>10</sup> (2008-2010)

Agora iremos apresentar algumas situações construídas pelas demandas impostas pelas necessidades, lembrando que a Lei de Execução Penal (1992) instrumento normativo que rege as práticas oficiais no mundo carcerário elenca o direito à alimentação, vestuário e alojamento entre outros.

Mas, são esses “direitos” que negados, se transformam em recursos manipulados pelos detentos em suas lutas pela sobrevivência, que concorrem para o estabelecimento de outra “ordem” nos corredores dos pavilhões e celas, nesta luta por espaço (da cela), revelam também a importância do espaço na vida do ser.

A estratégia estabelecida para ter acesso à cela irá desencadear todo um conjunto de tramas estabelecidas pelos detentos onde se cruzam o oficial e não oficial, num jogo de interesses desenhados no cotidiano do cárcere.

Muitos fatores irão concorrer para facilitar ou dificultar o acesso às celas, algumas o encontro de amigos, antigos vizinhos de bairro ou parentes serve de ingresso para essa acolhida. Caso contrário, terá que lutar para conseguir primeiro um espaço no chão do pavilhão. E só depois através das amizades no interior da prisão se inserir num grupo que o convida para morar numa cela. Os detentos quando adentram as unidades prisionais de Pernambucano tem que lidar com a questão do espaço, isto é, com a sua falta ou limitação. Pois, a superlotação transforma o acesso à cela numa luta, já que a cela significa uma melhor dormida e sua inserção num conjunto de redes e territórios que se formam para garantir uma série de vantagens que tornam o seu cotidiano mais próximo do vivido fora dos muros das prisões

<sup>10</sup> Os dados retirados do site do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Disponível em: portal [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br) Acesso em: 02 mar 2012.

Essas ações desenvolvidas pelos detentos se apresentariam com as cognominadas “táticas” por Certeau (2007, p.100) movimento dentro de campo do inimigo, sem um projeto global, aproveitando os momentos, e, até como (idem, p.101) “... arte do fraco...”.

A cela servirá também como um << nó >> para o estabelecimento de uma série de relações no cotidiano que desencadearão territorialidades. Afirma-nos Raffestin (Op. Cit, p.158) que “... a territorialidade... reflete a multifuncionalidade do vivido...”,

E, neste vivido, a alimentação aparece como fundamental e os detentos criticam sua qualidade e quantidade, contribuindo para o estabelecimento de territórios de alimentação, que tem espaço central nas celas. Local onde serão preparadas e servidas as principais refeições, principalmente o almoço. Organizados em grupo de quatro ou cinco, os detentos dividem as tarefas / um prepara os alimentos.

Essas territorialidades engendram desigualdades no interior os presídios, pois de um lado os de melhores posses econômicas e prestígio (até no mundo do crime) participam de determinados grupos e territórios ao poder habitar a cela, enquanto os demais dependem exclusivamente dos serviços prisionais oficiais.

Apesar do recorte, ao analisarmos o vivido em uma unidade prisional, a superlotação e a porosidade que permite o intercâmbio entre as relações internas do presídio e a sociedade envolvente aproximam a realidade vivida na unidade prisional que pesquisamos e a situação geral vivenciada no sistema carcerário brasileiro .

O ritmo da vida cotidiana a ser vivida depende da condição do detento, de relações construídas, de sua vida social e pessoal. Caso seja um reincidente, fica mais fácil, pois ele saberá se comportar, subtendendo-se que ele já domina os códigos e as regras estabelecidas nas celas e pavilhões. Para um novato há todo um processo de aprendizagem para que ele saiba como sobreviver na prisão.

Uma vida pregressa no mundo do crime credencia o detento a obter vantagens para sobreviver na prisão, pois essa pessoa detida poderá ser recepcionada quando adentrar seus muros, e, muitas vezes já tem garantido um lugar na cela, condição básica para acesso a outros serviços prisionais. Aos detidos pela primeira vez, outras variáveis se impõem, o fato de ser morador do mesmo bairro de algum detento pode facilitar sua vida no pavilhão e na unidade prisional, e há os que têm sua vida facilitada por dispor de melhores condições financeiras.

Esse conjunto de relações no universo prisional expressa uma gestão compartilhada entre poder público e detento na administração dos pavilhões e a permanência da figura do antigo chaveiro, preso responsável pelo pavilhão atesta tal fato. Ele informa as regras, como se comportar no dia-a-dia e também nos dias de visita, além de condensar o poder de permitir ou

autorizar os mais variados negócios no espaço do pavilhão. Quando o detento se dirige para a cela, é informado por outro detento, no caso o mais antigo, não em idade, mas em tempo na cadeia, sobre as regras daquela cela. Poderíamos fazer uma comparação grosseira com um condomínio, com suas taxas e regras de convívio.

A superlotação estabelece um jogo de poder dentro do pavilhão na luta pelo espaço do corredor, já que grande parte dos detentos irá dormir nesse local. E há uma disputa pelos melhores lugares do corredor e mais uma vez constatamos a importância da rede social, das condições objetivas, pois o simples fato de ser vizinho de alguém que já se encontra detido há mais tempo poderá ser o passaporte para ocupar um lugar do corredor. Ou, pelo contrário, por não conhecer ninguém, poderá se submeter, pelo menos nos primeiros dias de detenção, à situação humilhante de ter que dormir em pé e esperar uns dias para ter seu reconhecimento e achar um cantinho no corredor.

À luta por espaço se agregam outras pequenas lutas diárias como a de se alimentar melhor e de conseguir artigos de primeira necessidade como produtos de higiene pessoal, vestuário e alimentação. Muitos desses direitos, mesmo constando na Lei de Execução Penal, têm sido negados, contribuindo para transformar essas necessidades em recursos a serem manipulados, ora, de forma racional, seguindo a lógica do mercado através do pequeno comércio existente na prisão, ora, numa oferta que se dá através dos laços familiares ou de amigos, numa rede de solidariedade.

O Estado no cárcere expressa uma presença materializada no espaço prisional e numa ausência através de uma série de direitos que não se efetivam, na realidade são negados e engendram tramas num jogo de poder a partir de práticas dos detentos que territorializam as celas e pavilhões. Esses territórios marcam pontos no espaço que ligam detentos e laços familiares e de amizade. Há uma modulação no vivido, no cotidiano que segue um ritmo e um tempo ao longo do dia e da semana. Subjetividades e objetividades se entrecruzam nas tramas da espacialização das relações de poder, nos territórios, que flexíveis se moldam à rotina da prisão. E, se nos pavilhões emergem os territórios surge também as desterritorializações, a exclusão dos que não participam das redes formadas pelos detentos.

Forja-se um desenho ou grafia no espaço das normas e regras, que geralmente emergem do uso da força. Uma ordem estabelecida pelos detentos funciona como um invólucro, que garante a reprodução de um cotidiano carcerário, com seus momentos de constrangimento.

E afirma um detento: “Na cela é o antigo da cela que diz as normas, inclusive o horário das faxinas, o mais velho é o mais velho em tempo de prisão (informação verbal)<sup>11</sup>”.

## Conclusões

A partir deste artigo podemos perceber melhor como o cotidiano pode ser um referencial de análise que ajuda-nos a desvelar melhor o real, e através deste recorte científico compreender melhor a valorização e produção do espaço, tão presentes no interior das prisões.

Outra discussão revelada pelo texto é de como o Estado pode servir como categoria analítica que unifica a vida cotidiana carcerária, ao se ausentar, mesmo presente através do objeto – prisão. Apesar das diferenças culturais, sociais e econômicas do território brasileiro, as limitações do poder público unificam também os embates e lutas desenvolvidos por homens e mulheres alcançados pelo sistema de punição.

De maneira geral, este cotidiano revela também, como o Estado brasileiro se insere na propaganda globalização, na realidade, nova etapa do capital (neoliberal) encarcerando cada vez mais um número maior de pessoas. E, de como nas práticas forjadas e vivenciadas pelos detentos nos territórios construídos, e também, nas táticas engendradas nos corredores dos pavilhões, se revela todo o potencial humano presente. Bem como, a forma e dimensão que se insere na luta por espaço como luta pela vida, nas tentativas de sobreviver num local e espaço de negação da dignidade humana.

## Referências

Beccaria, Cesare Marchesi di. Dos delitos e das penas. Prefácio de Evaristo de Moraes (trad. De Paulo M. Oliveira). 14ª ed. Rio de Janeiro; Ediouro, 2001.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Relatórios Estatísticos Analíticos do sistema prisional de cada estado da federação. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>> Acesso em: 02 mar 2012.

Brasil tem 4ª maior população carcerária do mundo e déficit de... Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/brasil-tem-4-maior-populacao-carceraria-do-mundo-e-deficit-de-200-mil-vagas-20120529.html>>. Acesso em: 10 jan 2013.

---

<sup>11</sup> Entrevista com um detento no Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros, Recife, em 29 de março de 2012.



Certeau, Michel de. A invenção do cotidiano. (traduzido, Ephraim Ferreira Alves): 1 Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 2007.

ESTÁ funcionando novo presídio com capacidade para 420 detentos. Diário de Pernambuco. Recife, 7 de mar. 1979.p.A-17.

Foucault. Michel. Microfísica do poder. (traduzido, Roberto Machado). 17ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_ Vigiar e Punir: nascimento da prisão (traduzido, Raquel Ramallete) 22ª edição. Petrópolis, Vozes, 1993.

Lefebvre, Henri. Critique de La Vie Quotidienne II: Fondaments d'une sociologie de la quotidienneté. Paris: Arche, 1980 [1961].

\_\_\_\_\_ A vida cotidiana no mundo moderno. (traduzido, Alcides João de Barros). São Paulo; Ática, 1991.

Lei de Execução Penal / Organização dos textos, Legislação complementar e índice Alfabético – Remissivo Márcia Cristina Ananias Neves. Revisão Maria Leguthe Rosa, - 1 Ed. – São Paulo : Rideel, 1992.

Marx, Karl. O capital vol.1. (traduzido Reginaldo Sant'anna) 11ª ed. São Paulo: Ed. Bertrand Brasil – Difel, 1987.

Raffestin, Claude. Por uma geografia do poder. (trad. Maria Cecília França). São Paulo. Ed. Ática, 1993.

Reforma vai dividir Aníbal Bruno em três unidades – Notícias... Disponível em: <[www.pe360graus.globo.com/noticias/policia/presidios/2009/11/12/NWS.502137.8.165.NOTICIA\\_S.766-REFORMA-DIVIDIR-ANIBAL-BRUNO-TRES-UNIDADES.aspx](http://www.pe360graus.globo.com/noticias/policia/presidios/2009/11/12/NWS.502137.8.165.NOTICIA_S.766-REFORMA-DIVIDIR-ANIBAL-BRUNO-TRES-UNIDADES.aspx)> Acesso em: 01outubro 2012.

Santos, Milton. A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1999. \_\_\_\_\_

Souza, Marcelo José Lopes de. Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 288 p.

VIANNA, Humberto. Secretaria Executiva de Ressocialização, Recife, 2007. Disponível em: [www.portal2014.org.br/sinaenco/pdfs/recife/Humberto Vianna.pdf](http://www.portal2014.org.br/sinaenco/pdfs/recife/Humberto_Vianna.pdf). Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

Wacquant, Loïc. As prisões da miséria. (trad., André Telles). – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.